



CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Trabalho de Conclusão de Curso

COELBA: Privatização e os impactos da tarifa de energia na economia das famílias camponesas.

Andréia da Silva Neiva
Movimento dos Atingidos por Barragens

Orientador: Luciano

Rio de Janeiro

Março de 2010

1. Introdução

O debate nesse trabalho de pesquisa sobre energia se dará partindo da discussão sobre a privatização do setor elétrico, tarifas de energia e os impactos na economia das famílias camponesas. Entendendo a complexidade e abrangência do tema e considerando a diversidade brasileira, faremos um recorte, centrando a discussão sobre a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, seu processo de privatização e os impactos da tarifa cobrada na economia camponesa.

Dentro do contexto baiano e direcionando o olhar para a manutenção da economia da família, questionamos: Há impacto da tarifa de energia elétrica praticada pela Coelba na economia das famílias camponesas? Para melhor compreensão da proposta dessa pesquisa sobre tarifa de energia, indagamos ainda: As tarifas de energia interferem a economia das famílias camponesas? No espaço familiar quem se responsabiliza pela manutenção desse serviço?

A escolha desse tema, COELBA: Privatização e os Impactos da Tarifa de Energia na Economia das Famílias Camponesas, deu-se a partir da observação de alguns aspectos da vida cotidiana camponesa que instigavam reflexões sobre a economia/sustento das famílias associada à proposta do curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo. Assim através das questões abordadas trazemos para discussão um problema real na economia das famílias que é tarifa da energia elétrica, dessa maneira as inquietações foram se somando e aumentando a vontade de buscar respostas coesas/concisas para tal situação.

Na busca de respostas para essas questões norteadoras da pesquisa foram traçados caminhos metodológicos que foram concretizados através da técnica de pesquisa estudo de caso, realizando com famílias camponesas ribeirinhas do Rio Corrente dos municípios de Correntina e Santa Maria da Vitória, ambas cidades situadas no Oeste da Bahia.

Durante o estudo de caso utilizamos instrumentos específicos para melhor coletar os dados. Tais como: MP4 na realização das entrevistas para assegurar o registro fiel da fala das entrevistadas. Dentre esses instrumentos, utilizamos a entrevista não estruturada.

A entrevista é essencial para o tipo de pesquisa desenvolvida. O uso desta, possibilitou a obtenção de dados importantes acerca da visão dos interlocutores sobre o tema abordado. Andrade (2003, p. 137) afirma que “embora a entrevista não seja a técnica mais fácil de ser

aplicada, talvez seja a mais eficiente para a obtenção das informações, conhecimentos ou opiniões sobre o assunto”. Como todos os instrumentos de coleta de dados, a aplicação de uma ou outra técnica implica vantagens e desvantagens. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 198), uma das vantagens de se aplicar entrevista é que “há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente, especificar algum significado como garantia de estar sendo compreendido”, porém dentre as desvantagens que apresenta há uma condicionante que pode ser a “disposição do entrevistado de dar ou não as informações necessárias” (LAKATOS E MARCONI 2003, p. 198).

Além das técnicas citadas foi feito um levantamento de textos sobre o assunto a ser discutido para leitura e contribuição nas análises dos dados coletados.

2. Apresentado a Região

O Oeste da Bahia é uma região muito rica com características específicas. A vegetação predominante é o Cerrado, com uma área extensa de 157.737 km² corresponde a 27,8% do território baiano, subdividida em 38 municípios (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1997, p. 13), onde boa parte deles possui grandes extensões de terras devolutas que são visadas para a monocultura de todos os tipos e inúmeros rios que além de servirem aos planos do agronegócio também são cobiçados pelo seu grande potencial para produção de energia com uma predominância de projetos em PCHs, uma vez que a geografia da região e o fluxo das águas, na lógica capitalista, favorecem tais empreendimentos.

O histórico de ocupação da região é de muitas lutas e exploração. Lutas iniciais de extermínio aos indígenas¹ que povoavam a região e foram massacrados pelos bandeirantes e exploração dos índios sobreviventes e negros escravizados. Foi um período de muitos conflitos. Nos dias atuais são poucos os resquícios de povos e da cultura indígena apesar de sua contribuição para com os costumes locais. Essa região aparece inscrita na história do Brasil desde o período das capitânicas hereditárias, quando fazem referência à exploração da região do além São Francisco como região aurífera, “a ocupação do Vale do São Francisco remota ao século XVI, quando se incentivou, através de doações de terra, a expansão econômica [...] surgindo os primeiros povoados e arraiais” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1997, p. 13).

¹ As principais tribos foram Craô, Xerente, Abaeté, Cariri, Anaió, Caripó, Tamoio, Tupinambá, Crixai, Kiriri, Tupi, Catolé.

É importante destacar que ao longo dos anos de ocupação desse território as populações foram desenvolvendo tecnologias próprias, normas sociais, formas de convivências bem específicas com seus pares e com a natureza predominando a cultura camponesa.

Esse fator é decisivo também para a sua economia que é baseada não só a produção camponesa familiar como também das grandes propriedades do agronegócio². Essa região é considerada uma das últimas fronteiras agrícolas.

3. Privatização do Setor Elétrico Brasileiro

Desde o período do descobrimento os fatos históricos vêm demonstrando que o Brasil apresenta uma vocação, por meio de representações e decisões políticas, de ser uma eterna colônia das nações/poderes político-econômico dominantes. No transcurso da história foram mudando os senhores as nomenclaturas, porém continuamos em posição submissa servindo aos interesses de políticas e grupos externos nos diversos âmbitos em que poderíamos sobrepor a nossa soberania.

Essa afirmação se evidencia se analisarmos o potencial energético do nosso país e a estruturação política de uso e domínio desse potencial. O Brasil, no panorama mundial, é uma das maiores potências energéticas, contudo o estado foi desenvolvendo políticas neoliberais que garantem os interesses capitalistas de intensificar o domínio e a exploração sobre a energia.

As manobras políticas para garantir os interesses capitalistas iniciaram-se nos anos 1990. É nesse período que se desenham os primeiros passos para a privatização do setor elétrico brasileiro, conforme atesta o professor Dr. Dorival Gonçalves Junior da Universidade Federal de Mato Grosso.

No princípio dos anos 1990 o discurso vencedor é de que a reestruturação se destina à proteção dos consumidores, cabendo ao estado a elaboração de modelos industriais competitivos capazes de atrair os investimentos privados para a área de infraestrutura. No caso da indústria elétrica, as palavras de ordem passam a ser: privatização; desregulamentação da indústria com a separação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de eletricidade; preço determinado pelo mercado; liberdade aos consumidores de escolher seus fornecedores; regulação mínima do estado através de um agente independente; entre outras, que se transformaram nos princípios norteadores da reforma, na atualidade. (Entrevista Jornal Brasil de Fato, junho de 2008).

² As empresas do agronegócio se instalaram na região mais especificamente na década de 70 com incentivos/abertura do governo do estado para a ocupação das terras devolutas.

Foram muitas as iniciativas governamentais que possibilitaram a apropriação do sistema elétrico brasileiro pelos capitalistas. A energia é o cerne desse modelo de sociedade e seu domínio obedece aos seus interesses específicos, dessa maneira pode-se afirmar que

No capitalismo, energia é força produtiva-destrutiva, remodeladora e direcionadora. O modelo energético reproduz de forma intensificada a natureza concentradora e excludente do modelo econômico que impulsiona.[...] O fatiamento do sistema elétrico nacional e a conversão de cada fase (geração, transmissão e distribuição) em nichos de mercado forneceu não apenas elevada rentabilidade aos novos operadores privados e transnacionais. Abriu-lhes também a possibilidade de planejar a expansão e condicionar o uso da energia elétrica no país.(GARZON, 2009, p. 1)

“Toda a cadeia produtiva de eletricidade está a serviço do capital financeiro” (GONÇALVES, 2008), todas as mudanças estruturais no processo de privatização do sistema elétrico obedecem à lógica capitalista da busca exacerbada pelo lucro/acúmulo de capital em qualquer atividade que exerça. Esse acúmulo de capital no sistema elétrico se dá entre outras formas por meio das tarifas de energia cobradas ao povo brasileiro.

3.1 As Tarifas de Energia

Ao abordar o tema das privatizações, consideramos que uma discussão específica em particular deva ser feita, a discussão em torno das tarifas de energia. As tarifas hoje realizadas no Brasil são as bases da lucratividade das empresas, para isso elaborou-se e executou-se todo um plano de mercantilização. Para que ocorresse a mercantilização da energia, foram necessárias mudanças estruturais no sistema elétrico brasileiro, e, conforme Gonçalves, pode-se considerar como marco histórico do processo de privatização/mercantilização do sistema, a instituição da lei 8.631 de 1993.

Esta lei decreta o retorno da forma mercadoria para a eletricidade ao institucionalizar o fim do preço único da eletricidade no Brasil [...] Até 1993, a quase totalidade da indústria de eletricidade no Brasil era Estatal e o preço da eletricidade vendida em todo o território estava referenciado no custo de produção de energia de origem hidráulica. (idem, 2008, p. 2-4).

A mudança na legislação foi um dos primeiros passos para instituir o modelo atual. As privatizações foram feitas por imposição de políticas externas, importadas do primeiro mundo, e umas das principais desculpas era o barateamento da energia aos consumidores, e

houve o efeito reverso, desde o período pós-privatização, o que tem acontecido descaradamente é o aumento das tarifas, apesar de o país apresentar umas das bases energéticas mais baratas do mundo (base hidráulica) com custos operacionais e ambientais baixos em relação a países cujas bases energéticas são combustíveis fósseis. Assim a partir da mudança na legislação aconteceu a chamada internacionalização da indústria de eletricidade que reflete diretamente no preço da energia.

Para melhor compreendermos essa discussão recorreremos novamente a Gonçalves que afirma que

com a internacionalização da indústria de eletricidade, os capitalistas que investem neste setor procuram vender a mercadoria eletricidade no Brasil em torno do preço que vendem em outros países. E como o preço de uma mercadoria internacionalizada tem o seu preço determinado pela cadeia produtiva de maior custo de produção, o preço da eletricidade, mundialmente, está referenciado no preço da eletricidade produzida a partir de combustíveis fósseis. Aqui está parte da explicação pela grande disputa que se trava na atualidade pela indústria elétrica brasileira, já que, cerca de 90% da energia elétrica vendida no Brasil tem sua origem em recursos hidráulicos, cujo custo de produção é muito menor quando comparado ao custo de produção da eletricidade a partir de combustíveis fósseis. Portanto, grande parte da lucratividade desta indústria decorre da utilização de um recurso natural, neste caso o hidráulico, que é base de elevada produtividade do trabalho dos trabalhadores. (2008, p.3)

Desta maneira, com todas as mudanças feitas ocasionando a instituição do novo modelo do sistema elétrico iniciado na era FHC e tendo continuidade na era Lula, é que todo o trabalho feito pela Eletrobrás em organizar o sistema elétrico brasileiro está servindo aos interesses capitalistas, pois “o novo modelo transformou o melhor sistema elétrico de grande porte do mundo em uma máquina de ganhar dinheiro às custas do consumidor e do erário público” (SANTOS, BARBOSA, SILVA, ABREU, 2008, p. 436).

A média de aumento nas tarifas de energia no país é de 398% (idem, 2008, p. 439), esse aumento foi contínuo e ascendente, o que coloca o país entre as nações com a energia mais cara do mundo apesar de ter uma base energética com baixo custo de produção, o aumento bate recorde inclusive se compararmos com valores praticados em nações cujas bases energéticas são combustíveis fósseis.

“Já em 2006 o Brasil despontava como uma das mais caras tarifas energéticas, à frente inclusive de países desenvolvidos e subdesenvolvidos incluindo até países com matrizes energéticas concentrada em energias caras [...] o movimento correto deveria ter sido exatamente o contrário, nossas tarifas deveriam ter caído em relação ao resto do mundo” (idem, 2008, p. 439, 440).

Outro problema sério verificado nas tarifas de energia é que todos os ônus vindos desse modelo como despesas com os novos setores organizacionais (ANEEL, ONS, CCEE), encargos, impostos... ficam às expensas do povo brasileiro, tudo sai do bolso dos consumidores, das famílias.

Além dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia, são cobrados 11 encargos setoriais na conta de luz, embutidos na tarifa. Esses encargos financiam programas federais como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Luz para todos, e deveriam ser pagos pelas distribuidoras. No entanto, irregularmente, as distribuidoras repartem esse custo entre o seu total de consumidores, cerca de 63 milhões em todo território nacional³.

Assim, sem equívocos, pode-se afirmar que as tarifas de energia afetam diretamente a economia das famílias, privando-as de se ocuparem com outras questões, pesando cada vez mais no consumo básico familiar.

Prosseguindo a discussão a respeito da tarifa, ressaltamos outro caráter abusivo que é a diferença exorbitante no valor cobrado dos pequenos (consumidores cativos) e grandes consumidores (consumidores livres). As altas taxas cobradas dos pequenos consumidores é um dos fatores responsáveis pelos altos lucros das empresas do setor elétrico, pois para os grandes consumidores⁴ são feitos descontos, são dados subsídios para que continuem a explorar o território brasileiro, minérios, natureza, força de trabalho dos trabalhadores e exportem a nossa energia para os países do primeiro mundo por meio dos produtos eletro-intensivos⁵.

Nos últimos tempos vem acontecendo fatos noticiados por toda mídia nacional que só comprovam a ineficiência do atual modelo energético, vão desde irregularidades nas contas das distribuidoras até apagões. Entre as irregularidades destacamos o fato divulgado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, onde através de auditorias nas contas de algumas distribuidoras do país constatou-se um lucro de 1 bilhão de reais por ano desde de 2002, somando 7 bilhões para as contas das empresas até a atualidade. Ainda assim a responsável pelos cálculos e reajuste tarifários aplicados pelas distribuidoras a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) não admite os erros e distorções⁶. Em meio a tantos problemas foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, cujo foco principal de investigação é a Aneel e sua atuação.

³ Jornal do MAB, nº 11, novembro de 2009, p. 6.

⁴ Grandes consumidores são consideradas as eletro-intensivas, indústrias de celulose, ferro...

⁵ Produtos que necessitam de uma grande quantidade de energia no seu processo de industrialização.

⁶ Jornal do MAB, nº 11, novembro de 2009, p. 6.

3.2 A Coelba e o Processo de Privatização

Na Bahia, como na maior parte do Brasil, no princípio os serviços de energia elétrica eram feitos de forma precária atendendo a regiões isoladas, estando presente prioritariamente na região de Salvador e Recôncavo baiano. Só no período de 1960 (no dia 28 de março) é que se institui a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, estruturada e gerida pelo governo do estado. No decorrer dos anos muitos foram os investimentos na empresa, ampliou-se consideravelmente a área de abrangência e o número de clientes, no período de sua criação atendia apenas 21 localidades, hoje apresenta um total de 4.675.769 mil contratos ativos, desses 87% (4.094 mil) são contratos residenciais (JORNAL VALOR, 2010, p. A 26). Com muitos investimentos em tecnologias e com um mercado promissor a Coelba seria um negócio altamente lucrativo aos olhos capitalistas.

Com as bases para privatizações das empresas estatais já consolidadas em todo território brasileiro,

em 31 de julho de 1997. Ao preço de R\$ 1,73 bilhão de reais, o consórcio Guaraniana S.A., composto pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), o Banco do Brasil Investimentos e a Iberdrola, adquiriu a concessão da distribuidora de energia elétrica baiana⁷.

A empresa é vendida pelo custo de 77%, preço básico proposto pelo governo baiano para o período foi o “maior ágio já alcançado na venda de uma companhia pública estadual no Brasil”⁸. Com o processo de privatização muitas mudanças ocorreram, um aspecto relevante a ser exposto é que no ano de 1995 a Coelba tinha 8 mil funcionários.

O quadro a seguir apresenta um demonstrativo do quadro de funcionários entre os anos de 2005 a 2009.

2005	2006	2007	2008	2009
2.776	2.721	2.720	2.646	2.550

(Jornal Valor, 2010, p. A 26)

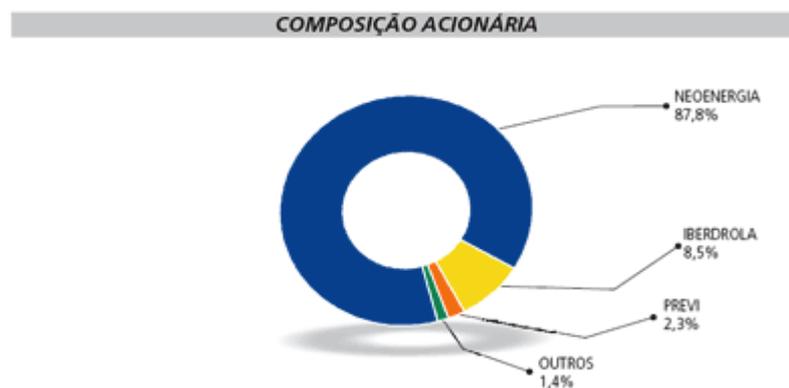
Hoje o contingente é de 2,550 mil funcionários, uma redução de 68,2% no quadro de funcionários o que comprova um dos princípios capitalistas de exploração e “mostram uma das medidas clássicas empregada no capitalismo na exploração do trabalho: aumento da

⁷ Historia da Coelba, sitio www.coelba.com.br. Acesso em 08.01.2010)

⁸ Retirado do sitio http://veja.abril.com.br/060897/p_123b.html. acesso em 08.01.2010.

intensidade de trabalho dos trabalhadores” (LIMA, Eduardo Sales de. *Jornal Brasil de Fato*, junho 2008).

O capital social integralizado da Coelba, no montante de R\$ 542,2 milhões, é representado por 188,2 milhões de ações, das quais 87,8% pertencem à controladora Neoenergia, 8,5% ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão Previ e 1,4% aos demais acionistas⁹.



(Quadro retirado do sitio da Coelba acesso em 12.01.2010)

Um aspecto relevante a ser observado é que a Coelba no ano de 2009 teve um lucro líquido de R\$ 809, 395 milhões , 0,7% menor em relação ao ano de 2008. Desse montante “a classe residencial representa 34% das vendas da Coelba” (JORNAL VALOR, 2010, p. A 26). Com um total de 194 mil contratos, a classe rural teve representação de 7,2% do mercado total da Coelba no ano de 2009.

Em outubro de 2004 muda-se o nome do consórcio dono da Coelba, e o grupo passa a chamar-se Neoenergia. O grupo é dono de diversas empresas, estando presente em 9 estados brasileiros¹⁰ atuando nas áreas de geração/transmissão, distribuição e comercialização de energia, entre os empreendimentos alguns são projetos novos, construídos e/ou em construção (Bahia PCH I, Corumbá III, Goiás Sul, Águas de Pedra, Geração Céu Azul)¹¹. A Neoenergia obteve um lucro líquido consolidado em R\$ 1.586,445 bi em 2009, com variação de 7,6% em

⁹ Informações retiradas do sitio da Coelba.

¹⁰ RN: Consern, Termuaçu (UTE Termuaçu); PE: Celpe, Termopernabuco (UTE Termopernabuco); BA: Coelba, Itapebi (UHE Itapebi), Aflente (PCH Alto Fêmeas e PCH Correntina), Bahia PCH I (PCH Sítio Grande) Narandiba (SE Narandiba); RJ: Neoenergia e NC Energia; PR: Geração Céu Azul (UHE Baixo Iguaçu); MG: Consorcio UHE Baguari (UHE Baguari); RJ/ES: Rio PCH I (PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetinga); GO: Goiás sul (PCH Goiandira e PCH Nova Aurora), Consórcio Empreendedor Corumbá III (UHE Corumbá III); MT: Águas de Pedra (UHE Dardanelos).

¹¹ Todos esses novos empreendimentos privados são financiados pelo Estado Brasileiro através de empréstimos adquiridos junto ao BNDES.

relação ao ano de 2008 (R\$ 1.474,474 bi). Vale lembrar que esses valores foram alcançados em uma época onde o capital internacional apresentava a maior crise mundial já registrada.

Vejamos a composição acionária da Neoenergia.



(Retirado do sitio da Neoenergia acesso em 14.01.2010)

Podemos perceber com os dois quadros de acionistas acima que quem detém a maior parte na empresa é um grupo espanhol Iberdrola, que não foge a regra do domínio das riquezas brasileiras por grupos estrangeiros. Os grupos europeus, vem fazendo da exploração de países como o Brasil uma de suas fontes de riqueza. Em 2008 o grupo Iberdrola teve um lucro de 2,9 bilhão de Euros¹².

4. Economia das Famílias Camponesas e os Impactos da Tarifa de Energia

As dificuldades por que passam as famílias que insistem em viver no campo são inúmeras, vão desde ao descaso do estado em desenvolver políticas que favoreçam a permanência da mulher e do homem no campo com estrutura, educação à aculturação e desvalorização do que próprio ao homem e mulher camponesa. São vários os problemas descritos, porém, será destacado nas análises que se seguem um fator grave que assola a economia/sobrevivência de muitas famílias, que é a tarifa de energia praticada por valores abusivos com o único intuito de aumentar os lucros das empresas multinacionais, que nesse caso específico, trata-se da Empresa Neoenergia que detém a maior parte da distribuidora Coelba (88,7%).

¹² Retirado do sitio da Neoenergia em 08.01.2010.

A tarifa de energia cobrada pela Coelba das famílias camponesas pesquisadas apresenta uma média de R\$ 0,45 (dezembro de 2009) R\$ 0,47 a R\$ 0,57 (janeiro e fevereiro de 2010) por KWh. É importante salientar que foi percebida variações de R\$ 0,10 (centavos)¹³ no KWh de residência para residência, sendo que as famílias são atendidas pela mesma rede elétrica, são consumidoras rurais/camponesas e usam a energia para serviços básicos como iluminação das casas, televisão, geladeira, rádio/som.

As famílias se sustentam, sobrevivem, basicamente do trabalho na roça, na lavoura. Como atesta a entrevistada Helena¹⁴ “vivo plantando roça, feijão, canteiros, hortas, essas coisas assim, verduras”¹⁵. O trabalho desenvolvido por essas famílias camponesas é feito de forma artesanal, sem muita infraestrutura e emprego de tecnologias. São homens e mulheres que descendem de camponeses e estabeleceram suas vidas e constituíram suas famílias no campo.

Seguem uma dinâmica de vida de forma peculiar, pois ao mesmo tempo que vivem normas sociais que apresenta distinção em relação ao sistema organizacional capitalista, vivem, são afetados, sobrevivem nesse sistema. São pessoas que detém o domínio sobre sua força de trabalho e determinam o tempo empregado a ele. Grande parte da produção dessas famílias, o que é excedente, é comercializado na feira, para suprir necessidades básicas que não são satisfeitas com a produção camponesa. Questionada sobre se comercializam alguma coisa do que produzem Marta afirma que

“sim, feijão às vezes nós vendemos porque precisamos comprar alguma outra coisa, o total de feijão nosso é mais do que o das despesas, aí nos vendemos porque precisamos comprar alguma outra coisa. Vendemos às vezes milho, verduras... verduras, por exemplo, todo sábado eu vendo na feira, vários tipos de verduras. Todo sábado eu vou para a feira.” (24.01.2010)

A prática de comercializar parte da produção se estende a todas as famílias pesquisadas. É esse fator que possibilita a movimentação econômica, o acesso à parte do capital/dinheiro para manutenção de outros serviços/despesas familiar.

Quando questionadas sobre os gastos mensais, sobre quais contas mais pesam no orçamento familiar, a despesa com a tarifa de energia foi apontada de forma unânime. Raquel afirma que “A conta de energia é a mais cara, se fosse mais barata sobraria para comprar

¹³ Os cálculos dos valores cobrados foram feitos a partir das notas fiscais (talões de energia) referentes às faturas de dezembro, janeiro e fevereiro de 2010, fornecidos pelas famílias pesquisadas.

¹⁴ Para preservar a identidade das colaboradoras, todos os nomes aqui apresentados para as entrevistadas são fictícios.

¹⁵ Todas as entrevistas foram concedidas no dia 24.01.2010.

outras coisas.” “Muitas das vezes agente tem que deixar de comprar alguma coisa [...]. E aqui geralmente agente atrasa, porque tem hora que é pesado principalmente a luz vem muito cara.” Argumenta Marta.

As famílias se sacrificam para garantir a manutenção desse serviço, são muitas as dificuldades que enfrentam. Podemos perceber isso na fala de Ester “todo mês passo apertada”. Tem atraso de data, pago nesse mês deixo para pagar no outro, não gosto de deixar atrasar não, aperta demais. Se não fosse cara, o dinheiro eu ia usar para comprar coisas para dentro de casa, para os meninos.”

As tarifas de energia aplicadas no Brasil são exorbitantes e o caso da Coelba não foge à regra, os impactos são tamanhos que os gastos para manutenção desse serviço que pelo potencial hidrelétrico brasileiro deveria ser sem ônus à população, interferem diretamente na vida dos/as camponeses/as que sacrificam suas famílias, privando-as do direito humano básico de sobrevivência, que é o direito à alimentação. As famílias para manterem os serviços de eletricidade têm dificuldades em se manterem em se alimentarem. Essa afirmação se evidencia na fala das camponesas Rute e Marta, quando questionadas se conseguem pagar a conta de energia com facilidade e se há atrasos.

Não, não. Tem que deixar de comprar umas coisas para poder pagar a energia, agente não pode ficar sem a energia. Igual no sábado eu vendo e compro as coisas de dentro de casa, no outro eu já não compro porque tem que pagar a conta de energia. As coisas de comer, açúcar, óleo, café, sabão, essas coisas assim, tem que deixar de comprar para pagar a energia. Eu nunca atrasei não, eu prefiro ficar sem comer do que ficar sem pagar. Porque ficar sem energia é ruim demais. (Rute, 24.01.2010)

Não. Porque assim geralmente eu só pago um talão quando chega o outro, porque às vezes não dá para pagar é muito pesado, às vezes a gente deixa de comprar dois arroz compra só um, dois açúcar compra só um, muitas das vezes eu compro muita bolacha por que eu gasto muito com os meninos, às vezes eu diminuo porque não dá para comprar e pagar [...]. Se não pagar [...] é cortada. Às vezes comida você passa, come outra coisa, e a água e a luz você não fica sem, se não pagar corta mesmo. (Marta, 24.01.2010)

Podemos perceber nos depoimentos acima o quanto é forte, o quanto é séria a discussão abordada. Entre as dificuldades por que passam as famílias há a que diz respeito ao direito sagrado à alimentação, direito básico de todo ser humano. As famílias se privam de comer, passam necessidades para garantir que suas contas de luz sejam pagas, sacrificam a si e a seus filhos.

A questão se torna mais absurda, mais revoltante quando consideramos que a situação em que se encontram as atuais tarifas de energia foi preparada, organizada pelo Estado Brasileiro por meio das privatizações, das alterações na legislação, dos financiamentos,

patrocínios ao setor privado, e por mais que se evidencie os desmandos, o Estado silencia-se demonstrando sua cumplicidade, seu serviço de organizador, gerenciador dos interesses do capital, negando a função que deveria cumprir que é trabalhar e aplicar os recursos fruto da força do trabalho da população à serviço da mesma.

Ainda em resposta à questão apresentada anteriormente vejamos o depoimento de Helena que reforça, denúncia a situação extrema por que passam as famílias camponesas para manterem os serviço básico de energia.

Não, agente tem que deixar de comprar alguma coisa para pagar o talão né. Às vezes você vai comprar dois quilos de açúcar ou outra coisa você diminui a feira para poder pagar o talão. Diminui a feira da semana, porque todo sábado a gente faz a feira, vende as coisas e já compra as despesas da semana, açúcar, óleo, café... ai tem que diminuir se for comprar dois quilos de açúcar compra só um, se for comprar duas latas de óleo compra só uma, tem que ser assim para poder pagar o talão de luz, [...] Não, sempre atrasa, mas ficar assim de um mês para o outro não, sempre, às vezes vem cobrando os juros de atraso que eu não paguei na data certa, mas sempre eu pago, nunca ficou assim um, dois talões.(14.01.2010)

Esses aspectos demonstram o quanto o povo brasileiro vem sendo lesado em detrimento aos lucros do capital. Os valores pagos nas tarifas brasileiras de luz se traduzem em bilhões que são arremetidos às multinacionais, ao exterior.

4.1 Mulher Camponesa e a Tarifa de Energia, Aspectos das Relações de Gênero

Um fator relevante observado no desenvolvimento da pesquisa relacionado a manutenção da economia familiar camponesa e que contribuirá com as discussões é o trabalho da mulher camponesa.

É necessário compreender que as relações sociais nos seus distintos âmbitos são atravessadas das relações de gênero, seja relação familiar, relação afetiva, cultural, relações econômicas, as famílias pesquisadas não estão isentas. No transcurso da pesquisa ficou evidente o desempenho fundamental que a mulher exerce no sustento das famílias. Contrariando o senso comum que a classifica como ajudante do marido, como apoio no desenvolvimento de tarefas. As mulheres apesar da sua importância na produção da economia são vistas como figurantes no desenvolvimento social.

As famílias pesquisadas na sua totalidade apresentaram características similares quando questionadas sobre a distribuição das tarefas. As tarefas são executadas mediante a

distinção de sexo. Aos homens fica reservado o trabalho de prover os mantimentos que podem ser estocados por mais tempo, feijão, milho, farinha... e às vezes vendem sua força de trabalho a outros. Observemos o depoimento a seguir vêm reforçar a argumentação desenvolvida.

Ele ajuda também, meu esposo, mas eu trabalho na terra de minha mãe, no pedacinho que ela me deu, eu planto todo ano. Ele me ajuda, mas quem trabalha mais é eu e meus dois filhos. Na horta é igual eu estou falando, eu trabalho mais, ele me ajuda, mas é só de vez em quando, ele trabalha com a roça de milho e de feijão do outro lado o milho, mais sou eu e os meninos. (Helena, 14.01.2010)
 Sim, só eu trabalho com a horta, meu marido trabalha também mais é fora. Ele me ajuda também a plantar as roças, plantar os feijões... tudo ele ajuda. Mas na horta sou só eu. (Ester, 24.01.2010)

E ainda assim essas atividades são desenvolvidas com a ajuda feminina.

À mulher cabe a responsabilidade de prover meios para garantir elementos que não são produzidos no campo. Garantir o café, o açúcar, o óleo. Elas são responsáveis por grande parte do dinheiro mensal que as famílias movimentam. Pois se responsabilizam pela criação de pequenos animais, cultivo da horta, produtos que comercializam semanalmente na feira livre da cidade. Os recursos conseguidos com essas atividades são utilizados para cobrirem os gastos mensais, entre eles o pagamento da conta de luz. A preocupação com a manutenção desse serviço é das mulheres. Vejamos.

Meu marido preocupa, mas eu sempre preocupo mais, [...] porque se não pagar aí chega o dia de cortar e aí é problema, geralmente quem preocupa mais sou eu, às vezes chega o talão, Ele (o marido) nem sabe se paguei ou não, então quem paga geralmente sou eu. O dinheiro para pagar vem mais das hortas, pois a preocupação, deixa de comprar alguma coisa para pagar a conta. (Marta, 24.01.2010)
 Eu, sempre sou eu, meu marido às vezes chega o talão ele nem sabe se chegou se pagou ele nem preocupa com nada. (Helena 24.01.2010)

Com essa responsabilidade recaindo sobre as mulheres, podemos afirmar que elas são as mais atingidas por esse modelo energético que explora o povo brasileiro, são as mais atingidas pelos altos custos das tarifas. Pois vivem sob constante pressão, sacrificando-se, como já foi dito anteriormente, até no direito básico à alimentação, preocupadas em prover recursos para garantir o pagamento das contas, recursos esses que são destinados cada vez mais ao enriquecimento das grandes empresas capitalistas.

Continuando a discussão, uma questão interessante a ser elencada, é que as mulheres mesmo assumindo essa função importante na economia das famílias não se desobrigaram de

tarefas que historicamente foram consideradas femininas. Assim só acrescentou um fardo a mais nas múltiplas jornadas de trabalhos que vêm desenvolvendo. São camponesas, mães, esposas, e donas de casa (domésticas).

Essa discussão se afirma nas argüições de Marta e Helena:

Eu quando eu chego da roça, vou para a roça até as dez, aí quando eu chego vou fazer almoço, varrer casa, lavar pratos... (Ester, 24.01.2010)

Eu, às vezes quando eu saio oito horas já deixei tudo pronto, ou então eu chego mais cedo e faço tudo. (Marta, 24.01.2010)

Diante de todas as argumentações expostas fica evidente mais um problema de gênero associada a um problema econômico social. Problema de gênero, pois dizem respeito a relações entre pessoas, entre homens e mulheres, e contribuem diretamente com a anulação e sobrecarga feminina, é econômico social, pois interfere de forma negativa na economia das famílias causando um sério problema social, a dificuldade das mesmas proverem a sua alimentação.

4. Conclusão

O Sistema Elétrico Brasileiro apresenta diversas contradições, há uma infinidade de questões em seu entorno que necessitam ser revistas, explicitadas, discutidas, transformadas com proposição e participação popular. A discussão sobre energia e desenvolvimento não devem ser levadas como questões meramente técnicas, é preciso compreender que são conceitos, tecnologias criadas, elaboradas no seio de uma sociedade e todas as decisões, todos os caminhos a serem tomados são carregados de intencionalidades. No caso brasileiro a configuração do setor elétrico hoje demonstra claramente a que está a serviço, demonstra quem são os que lucram com as políticas desenvolvidas, as discussões implementadas até aqui confirmaram que não é o povo brasileiro o beneficiado, pelo contrário somos nós quem pagamos as contas milionárias das grandes empresas, do capital.

Todo esse emaranhado em que se encontra o sistema, advindo através do processo de privatização pode ser resolvido com políticas sérias, se desenvolvidas com o objetivo de garantir o bem estar social, ambiental e a soberania do povo brasileiro, com medidas que venham favorecer um desenvolvimento humano de forma geral, mudando radicalmente a vertente pelo qual é guiado nos dias atuais que o único e exclusivo interesse de desenvolver o capital em detrimento à miséria do povo.

O desenvolvimento desse trabalho foi um grande desafio, desde a definição/escolha do tema ao trabalho da pesquisa/levantamento de dados e elaboração. O assunto é comum, porém a vertente discutida é pouco abordada o que dificulta o levantamento/estudo de teorias já construídas para auxiliar nas análises realizadas.

O curso foi de grande importância para a formação e a prática militante, todos os espaços proporcionaram aprendizagem. Antes da participação no curso algumas discussões eram feitas de forma equivocada, muitas vezes fortalecendo as ações do capital.

Os estudos realizados no curso permitiram a apropriação de teorias, o conhecimento científico e análises mais aprofundadas de questões que são comuns ao nosso cotidiano. A participação no curso contribuiu para que esse trabalho fosse realizado, acumulou as reflexões sobre as questões discutidas, contribuiu com mudanças no modo de perceber, compreender as questões sociais e do setor elétrico.

O que se almeja é que os apontamentos feitos, as análises e conclusões desse trabalho possam contribuir de forma direta com a formação e estudos nos diversos espaços do movimento e de outras organizações. O trabalho realizado não abrange a complexidade do tema, sugere que mais análises, estudos sejam feitos. O que apresentamos diz respeito apenas a uma fração do que está posto no sistema elétrico brasileiro, cabe refletirmos sobre a realidade de outras regiões, se diferem em aspectos positivos ou se aprofundam os problemas apresentados.

Desta maneira, acrescentaremos mais elementos às discussões contribuindo com a sociedade, sendo mais uma ferramenta de luta na proposição/busca da transformação.

5. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA). **Subespacialização regional: Oeste da Bahia;** Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador, 1997.

GARZON, Luis Fernando Novoa. **A crise, o setor elétrico e o PDE 2008-2017: o que será na base do que é?** 2009. http://www.mabnacional.org.br/artigos/280109_pde.html acesso em 12.01.2010.

GONÇALVES, Dorival Jr. **A exploração do trabalho embutida no preço da energia.** Jornal Brasil de Fato, junho, 2008.

Historia da Coelba, sitio www.coelba.com.br, acesso em 08.01.2010)

Investidores www.neenergia.com.br acesso em 08.01.2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo. Atlas, 2003.

LIMA, Eduardo Sales. **A exploração do trabalho embutida no preço da energia**. Jornal Brasil de Fato, Junho, 2008.

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Jornal, nº 11, novembro, 2009.

Privatização Preço recorde, sitio http://veja.abril.com.br/060897/p_123b.html, acesso em 08.01.2010.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos. BARBOSA, Eduardo Kaplan. SILVA, José Francisco Sanches da. ABREU, Ronaldo Da Silva de. **Porque as Tarifas Foram para o Céu? Propostas para o Setor Elétrico Brasileiro**, Revista do Bndes, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 435-474, jun. 2008